

**A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JURACY MAGALHÃES A PARTIR DAS
MEMÓRIAS E DA HISTÓRIA.**

CARLOS NÁSSARO ARAÚJO DA PAIXÃO*

Introdução

O presente artigo busca descrever e analisar a trajetória política de Juracy Magalhães entre os anos de 1930 e 1937. Para alcançar este objetivo é importante se debruçar sobre o tempo e sociedade, da qual o personagem fez parte, como testemunha, como ator, ou exercendo ao mesmo tempo os dois papéis. Ele participou efetivamente de momentos importantes da História Política do Brasil a partir de 1930: atuou na conspiração e na ação militar que derrubou o presidente Washington Luís e implantou a chamada Segunda República.

Foi interventor, governador da Bahia em duas oportunidades, deputado e senador federal, presidente da Companhia Vale do Rio Doce e primeiro presidente da Petrobrás. Adido militar e depois embaixador do Brasil nos Estados Unidos e, finalmente, Ministro das Relações Exteriores e da Justiça do governo Castelo Branco. Sua trajetória de conspirador não ficou restrita a 1930. Participou de agitações e rebeliões junto a outros militares e civis, que resultou na derrubada de Getúlio Vargas em 1945 e de João Goulart em 1964.

Na Bahia, o seu nome virou corrente política. O juracisismo foi uma força política considerável, até pelo menos, a década de 1970. O tenente de vinte e seis anos tornou-se um dos chefes políticos mais longevos do estado, o conspirador que enfrentou a oposição ferrenha de “velhas raposas políticas”, construiu uma hegemonia política que durou aproximadamente quatro décadas.

Ao longo do artigo serão apresentadas e, principalmente, se buscará compreender, por um lado, aspectos de uma longa trajetória de vida pública e atuação política e, por outro, os processos, a partir dos quais, foram construídas e reconstruídas as memórias do personagem em questão. Ou seja, de que maneira Juracy Magalhães, no momento de evocação, de tornar

* Doutorando em Memória: Linguagem e Sociedade pela Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia – UESB. Mestre em História pela Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Professor do IFBaiano Campus-Guanambi. Pesquisador do Grupo de Pesquisa Política e Sociedade no Brasil – GEPS, que é vinculado ao Museu Pedagógico da UESB. Financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa da Bahia – FAPESB. Orientado pelo Prof. Dr. José Rubens Mascarenhas de Almeida e Coorientado pelo Prof. Dr. José Alves Dias. carlos.hyst@gmail.com

públicas e do registro escrito de suas memórias, elaborou uma representação de si, para si e para aqueles que o rodeavam, como familiares, amigos, correligionários e adversários políticos.

Livros de Memória: a construção de uma imagem pública

Foram três os livros de memórias, escritos, organizados e publicados em torno dos depoimentos colhidos por jornalistas e pesquisadores sobre a vida pública de Juracy Magalhães. Embora os principais fatos da vida de Juracy se repitam nas narrativas, há diferenças quanto à conjuntura política em que os livros foram escritos, à sua metodologia e aos seus objetivos.

O Minha Vida Pública na Bahia, foi publicado em 1957. Ele foi concebido, pelos seus amigos e correligionários, como parte das homenagens ao vigésimo quinto aniversário de sua posse na interventoria baiana. Sua organização consta de um prefácio, escrito pelo seu apadrinhado político, Ruy Santos¹, na forma de esboço biográfico, no qual são destacadas, em forma de tópicos, as fases de sua vida pública: o soldado, o revolucionário, o administrador, o político e o baiano. E ao final estão, como anexo, uma série de discursos, falas e pronunciamentos, proferidos pelo personagem entre os anos de 1931 e 1955.

O autor lançou mão de uma série de documentos para a construção de sua narrativa, como depoimentos, memórias de pessoas que conviveram politicamente, a favor ou em campo oposto, com o personagem, e principalmente matérias jornalísticas, que foram utilizados para dar um teor de reportagem ao texto. Juracy foi caracterizado pelo seu biógrafo como um revolucionário, que ama a democracia, que gosta do diálogo, dono de uma memória prodigiosa, impulsivo quando provocado, mas rapidamente volta ao normal e esquece a injúria. Possui os sentimentos de bondade, simplicidade, humanidade e tolerância. Politicamente, foi caracterizado como realista e objetivista, capacidade de antever os movimentos da política nacional (MAGALHÃES, 1957, p.55-70).

¹ O autor deste esboço biográfico, Ruy Santos lançou-se na vida pública pela influência de Juracy Magalhães, pelo qual foi nomeado sub-prefeito e prefeito do atual município de Ubaitaba-Ba, no período da sua interventoria. E na função de jornalista ocupou funções de redator-chefe do Jornal “Diário de Notícias” que era um importante aliado de Juracy.

No momento de publicação do livro, passados vinte cinco anos de vida política no estado, Juracy já havia se consolidado como um personagem importante do cenário político baiano (TAVARES, 2001, p.449-476). Após sua saída do governo em 1937, por não concordar com o golpe que implantou o governo ditatorial do Estado Novo, ele voltou à caserna, mas engajado na oposição à Vargas (MAGALHÃES, 1957, p. 70). Esta oposição se consolidou com a participação na conspiração e golpe que derrubou o ditador. Entre os anos de 1944 e 1945, ele se aliou aos seus antigos opositores, aproximação que se deu na oposição à ditadura varguista, articulando a candidatura de Eduardo Gomes e fundando a UDN (GUEIROS, 1996, p.201-216). A partir daí, foi eleito e empossado deputado constituinte pela UDN baiana, em 1946, em acordo que definiu a eleição de Otávio Mangabeira para o governado da Bahia. Em 1950 perdeu as eleições para o governo do estado, em 1955 tomou posse como Senador. Além disso, em sua carreira militar, alcançara o generalato (MAGALHÃES, 1982, p. 26-28).

O segundo livro de memórias, *Minhas Memórias Provisórias*, se baseou em entrevistas concedidas aos pesquisadores do Programa de História Oral do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, Alzira Alves de Abreu e Eduardo Vasconcelos Raposo, entre fevereiro e dezembro de 1977 e publicado em 1982.

O livro se configurou como registro de quarenta anos de vida pública de Juracy Magalhães. Os fatos foram evocados e ressignificados por quem os viveu como ator e testemunha. Sua trajetória na vida pública, seu sistema de pensamento de valores estiveram inseridos em uma época e em uma realidade que era preciso estudar e compreender (MAGALHÃES, 1982, p. 17). Portanto, dizem assim os pesquisadores que empreenderam o projeto transformado em livro: “as informações que ele traz, pela posição e função que ocupou na arena política, permitem esclarecer ou comparar informações que constituirão a base sobre a qual irão trabalhar os historiadores e cientistas sociais.” (MAGALHÃES, 1982, p.17).

O método foi utilizado como justificativa pelos pesquisadores/entrevistadores para definir a especificidade do trabalho, aquilo que o distingue da biografia e da autobiografia clássicas. Apesar de conter as duas dimensões, seria imprecisão, para eles, enquadrar o livro de memórias dentro do comumente chamado gênero biográfico (MAGALHÃES, 1982, p. 17-18). Em sua opinião, o gênero biográfico pode ser de três tipos: o elaborado por historiador ou

cientista social, resultado da reunião de dados, informações, depoimentos e estudos, permitindo reconstituir a vida do personagem e o mundo em que viveu. Os dados são tratados com rigor de uma análise crítica e científica e há a busca de uma neutralidade e objetividade. Há a biografia encomendada pelo biografado ou por sua família. Trabalho laudatório e com o objetivo de exaltar, elogiar e apontar realizações e serviços prestados, sem compromisso com objetividade. E há a autobiografia que é a história tal como a pessoa que a viveu conta, é a narração da vida pelo próprio autor (MAGALHÃES, 1982, p.18). Na escrita, o autor reflete, ordena o caos e inventa sobre ela (BOURDIEU, 1996, p.184).

O livro acima referido apresenta estas e outras dimensões: eles se colocaram na perspectiva de cientistas sociais, que buscaram através do diálogo com o entrevistado reconstruir o seu passado de maneira que se tornasse inteligível para o leitor e possíveis pesquisadores se debruçassem sobre o livro (MAGALHÃES, 1982, p.18). Era preciso, neste caso:

entender a sua percepção do espaço social em que atuou, a sua descrição desse espaço, as suas tramas, as suas ideias, as suas dúvidas, a explicitação que fornece de seu próprio processo de socialização política, as relações interpessoais em que se inseriu, com suas rivalidades, conflitos e cooperação, entender enfim como foram vividas pelo ator político suas ações no momento mesmo em que elas se desenvolviam. [...]. O discurso do entrevistado é a vida tal como ele a percebe, com a seleção de sua memória. O seu depoimento é a memória de uma vida.”
(MAGALHÃES, 1982, p. 18)

Explicitaram, ainda, a especificidade do entrevistado. Todo entrevistado, ao narrar sua vida, sua trajetória, tem um discurso pronto, sobre o seu lugar na vida particular e na vida pública. (MAGALHÃES, 1982, p.19) Mas o personagem em questão, o ator político, mantém sua memória:

mais organizada, estruturada, na medida em que ela é importante instrumento de trabalho – é fundamental que o político profissional armazene informações, detalhes de cada acontecimento de que participou, pois é sobre esse material que ele trabalha, manipula, trama e influencia. Ao mesmo tempo, faz parte de sua profissão ser entrevistado por jornalistas e/ou pesquisadores, ser questionado publicamente por suas ações e sua participação em acontecimentos históricos. Isto

o leva [...], a ter um discurso já estruturado, a ter fixada uma imagem para a história. (MAGALHÃES, 1982, p. 19).

Ao abordar seu método de trabalho, os procedimentos ao colher as entrevistas e as particularidades do entrevistado, os organizadores do livro, pesquisadores da Fundação Getúlio Vargas, destacaram o papel do entrevistador nesta situação, qual seja, buscar desorganizar o processo de construção desta memória, para que, desse modo, outras lembranças, fora da curva deste modelo de normalidade possam aflorar (MAGALHÃES, 1982, p.19). Inclusive em um livro de memórias publicado mais de uma década depois, Juracy relembrou algumas recomendações da professora Alzira Alves de Abreu sobre como deveria ser sua postura de entrevistado:

Por favor, não me ofereça uma história muito bem arrumada. Todo homem político como o senhor, que viveu acontecimentos relevantes, os chamados fatos históricos, tem um discurso pronto, tanto sobre sua vida profissional como sobre sua vida pessoal. O papel do jornalista, entrevistador ou pesquisador é, neste caso, o de tentar, de alguma forma, desorganizar essa memória para que afluam outras lembranças que não fazem parte do todo estruturado. (GUEIROS, 1996, p.245).

O último livro que registrou as memórias de Juracy Magalhães foi publicado em 1996, pelo jornalista José Alberto Gueiros. Intitulado *O Último Tenente*, faz referência ao fato de que àquela altura, o personagem, com noventa e um anos de idade, era o único ainda vivo de uma geração de militares e políticos que de alguma maneira concorreram decisivamente para alterar os rumos da política nacional (GUEIROS, 1996, p.11).

O jornalista buscou inserir o personagem no grupo dos tenentes rebeldes que, segundo ele, “agitaram a vida política do Brasil nos anos 20 e 30” (GUEIROS, 1996, p.11). Juracy seria o último, aquele que teria guardado os ideais daqueles “jovens oficiais decididos a lutar contra a opressão das oligarquias e dos políticos corruptos da velha República” (GUEIROS, 1996, p.11).

Os tenentes de 1930 foram caracterizados pelo jornalista como os idealistas e lutadores que queriam implantar um sistema verdadeiramente democrático, onde o voto fosse livre e secreto, que houvesse liberdade de imprensa e a garantia do respeito aos direitos humanos. Como sonhadores buscavam transformar o Brasil num lugar onde imperasse a ética, e a

justiça e o bem-estar fossem para todos (GUEIROS, 1996, p.11). Foram considerados obstinados, pois mesmo com toda perseguição sofrida, com lealdade e idealismo conseguiram atingir seus objetivos², através da subversão e da conspiração, lideraram batalhas e derrubaram os “políticos carcomidos.” (GUEIROS, 1996, p.11). Segundo o autor, “essa fase de agitação renovadora deu-se o nome de ‘tenentismo’, e quase todos os seus protagonistas, influenciaram de algum modo, a marcha da nossa história.” (GUEIROS, 1996, p.11).

Na construção narrativa do jornalista, o depoimento pessoal de Juracy, em um reexame crítico do passado, seria importante para a escrita do livro. Para Gueiros, que produziu o prefácio, ele representava, naquele momento, uma geração em vias de desaparecimento, da qual, ele era o único sobrevivente. O único que sobrara para contar a história. Por fim, construiu o personagem do último tenente. E aí se exaltou o fato de que sua trajetória pessoal se confunde com a história contemporânea do Brasil e a revelação dos seus arquivos é fundamental para o estudo da política nacional (GUEIROS, 1996, p.11-12).

O que definiu a narrativa das memórias de Juracy Magalhães foi a ideia de uma trajetória de vida pública e atuação política que se confundem com a História do Brasil a partir dos anos de 1930. Os escritos foram caracterizados pelos seus autores como confissão, prestação de conta e testemunho de fatos que conformaram o Brasil contemporâneo. Destacaram-se nos depoimentos a sua participação nos eventos decisivos para a história do país nos últimos sessenta anos, nos quais buscaram evocar sua atuação política, bem como o retrato de um tempo social e político de quem a viveu intensamente, ajudando-o em sua formação (MAGALHÃES, 1982, p.09). Os textos publicados buscaram dotar de coerência uma vida, ligando-a aos acontecimentos que, segundo uma memória histórica, ajudaram a modelar a História do Brasil desde a chamada Revolução de Trinta, além de compreender e explicar a sua participação na vida política brasileira (MAGALHÃES, 1982, p.12). Explicitaram-se, ainda, os relatos de quase um século de vida, que, em muitas etapas, pela construção textual, foi confundida com a História contemporânea do Brasil (GUEIROS, 1996, p.12).

A trajetória de um homem público.

² Entre as características do tenentismo implícitas no texto de Gueiros estão seu papel de vanguarda na luta contra as oligarquias, eram elitistas, com um discurso moralista contra as ações das oligarquias, mas que pregavam a mudança de cima para baixo, sem a participação popular. (LANNA JÚNIOR, 2008, p. 316)

Na historiografia, a presença de Juracy Magalhães apareceu de maneira mais efetiva no momento em que este se tornou interventor do estado da Bahia em 1931 e consolidou sua posição entre os chefes políticos locais. O discurso historiográfico que se produziu sobre a história da Bahia, a partir desta data, de alguma maneira abordava suas ações políticas, mesmo que ele não fosse o objeto principal da análise. Isto foi possível por conta de seu exercício no principal cargo executivo do estado: interventor, entre 1931 e 1934 e governador eleito indiretamente, entre 1934 e 1937.

Diferentemente da abordagem memorialista da trajetória de Juracy Magalhães, o discurso da história buscou as contradições, os ocultamentos e principalmente, flagrar os momentos em que o exercício do poder engendrou a produção das memórias, e dialeticamente, de que maneira os usos e manipulações da memória foram instrumentos eficazes na sua estratégia de dominação e de construção de uma hegemonia política.

A classe dominante da Bahia demonstrou um mal-estar diante do movimento de outubro de 1930, por conta disso, não foi fácil para Getúlio Vargas indicar um interventor que fosse do agrado das diversas facções que constituíam as oligarquias locais (SILVA, 2000, p.25-32). Juracy Magalhães, representando Juarez Távora, deu posse ao Sr. Leopoldo do Amaral, engenheiro e professor da Escola Politécnica da Bahia e diretor de um jornal da oposição. Mas Leopoldo rapidamente caiu devido às divergências unânimes da Bahia (MAGALHÃES, 1957, p.48). Buscando evitá-las ou contorná-las, o governo provisório nomeou um baiano e cientista renomado, que era alheio às competições políticas locais, o médico e professor Arthur Neiva. Este também não suportou as divergências que marcavam a política baiana (MAGALHÃES, 1957, p.48).

O substituto do prof. Arthur Neiva era objeto de preocupação por parte do governo provisório. E várias foram as opiniões divergentes que giravam em torno do preenchimento do cargo de interventor da Bahia (MAGALHÃES, 1957, p.50).

a 19 de agosto realizou-se um comício, em que falaram Pereira Reis e Manoel Novais, em favor da candidatura de tenente Jurandyr Mamede; a 21, Hélio Sodré, Nelson Carneiro e Otávio Carvalho pediram, em público, a nomeação de Seabra; nesse mesmo dia, um partido de que só nessa data se ouviu falar, - o Partido Popular João Pessoa - lançou a candidatura do major Reis Príncipe. Ninguém se entendia. Ninguém. (MAGALHÃES, 1957, p. 48).

Juracy foi convidado³ para ocupar o cargo, mas, inicialmente recusou. Preferia o nome do também tenente, companheiro de escola militar, na luta revolucionária e baiano, Jurandyr Mamede (MAGALHÃES, 1957, p.48).

Aceitou o posto, com a justificativa de que a revolução ainda não se completara e por isto havia um imperativo de servi-la. Segue a explicação dada por Juarez, ao anunciar ao prefeito de Salvador, Pimenta da Cunha, que o novo interventor havia sido escolhido: “um dos mais brilhantes oficiais moços que fizeram a Revolução no Norte do país. Estou certo de que ele honrará, cabalmente o mandato que lhe confiou o governo provisório.” (MAGALHÃES, 1957, p.51). Ao ser nomeado, logo procurou as lideranças oligárquicas da Bahia. Sua missão era difícil, por conta de ser um estado que não conhecia. Além disso, havia a divergência unânime da Bahia (MAGALHÃES, 1957, p.51-52). A nomeação não foi bem recebida por todos. O episódio não abria uma exceção às tradicionais divergências baianas. Juracy era acusado de ser tenente, mas não por ser uma patente fraca, mas por que muitos viam nisso uma vitória do tenentismo. Para os chamados decaídos, tenentismo significava ambição revolucionária. Para os que participaram da revolução, era como um sistema político que foi sonhado desde 22, era uma filosofia política, que tinha como sonho a renovação nacional. Juracy chegou a Salvador em 16 de setembro, a bordo do navio Santos (MAGALHÃES, 1957, p.53):

a recepção não era brilhante, mas cordial. E era natural que não houvesse brilhantismo. Se eu fosse um político baiano, ou mesmo um simples cidadão talvez tivesse recebido também com má vontade a nomeação de um ‘tenente forasteiro’.
(MAGALHÃES, 1982, p. 69)

Jovem, com vinte e seis anos de idade e tenente. Juracy enfrentou uma ferrenha oposição formada por aqueles que pertenciam à oligarquia baiana que comandava os destinos do estado, desde os tempos do Império. Esta era formada por facções que disputavam o poder

³ Juracy Magalhães foi escolhido, a partir de uma lista tríplice de tenentes, seguindo uma tendência e uma estratégia para o funcionamento das interventorias do Norte. Nesta região, em particular, a escolha destes interventores seguia algumas características norteadoras. Eles deveriam ser estrangeiros, militares e politicamente neutros. Segundo Dulce Pandolfi, os tenentes se diziam avessos à política e cuidariam apenas da administração. Além disso, o fato de serem forasteiros os livrava da rede de alianças com os políticos locais. E, no início de 1931, a quase totalidades das interventorias nortistas já estavam entregues aos tenentes.
VER: PANDOLFI, Dulce Chaves. *A trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político*. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política: partidos políticos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. p. 346.

no estado e nas articulações para conquistar as benesses do poder federal. Ele conseguiu “o milagre da unanimidade baiana” contra ele, J.J. Seabra, Simões Filho, os irmãos Calmon, os Mangabeira e Luiz Viana Filho, se organizaram em torno de Liga de Ação Social e Política (LASP) e depois da Concentração Autonomista⁴ e se uniram em oposição a ele sob a bandeira do autonomismo baiano (GUEIROS, 1996, p.16).

Apesar da oposição e da pouca experiência política, ele destacou sua rápida ambientação e seu trabalho de arregimentação que o fez obter uma vitória significativa nas primeiras eleições disputadas. Ele creditou seu sucesso a algumas estratégias como o seu tratamento com as pessoas, das quais conquistava a amizade, contatos, negando a alcunha de truculência espalhada pelos adversários, as várias entrevistas à imprensa, o programa semanal de rádio, no qual pode aos poucos ligar-se aos baianos. E destacou o apoio de pessoas como o arcebispo d. Augusto, que assim como o interventor também não era baiano (MAGALHÃES, 1982, p.72-74).

Ele construiu para si a imagem de um homem público que valorizava o diálogo e que buscava agregar apoios dos mais diversos, inclusive entre seus opositores. Relatou suas viagens ao interior, destacando a novidade desta estratégia política, com a supressão dos intermediários no contato com os chefes locais (MAGALHÃES, 1982, p.74-75). Juracy contrariou suas próprias memórias e aquilo que seria o ideal e estava no discurso proferido pelos vencedores do movimento de 1930 e do tenentismo: republicanizar a república, redemocratizar a democracia e revitalizar a vida nacional, ao enfrentar os decaídos (MAGALHÃES, 1957, p. 46), mas, na prática, ele estabeleceu seu poder por décadas a partir das ligações pessoais com os coronéis do interior. O apoio mútuo e as alianças formadas com estes foram úteis durante toda a sua carreira política (SILVA, 2000, p. 28).

No entanto, alguns eventos contribuíram para problematizar esta construção. Um dos acontecimentos mais controversos para o processo de estabelecimento de uma imagem pública de conciliador pretendida por Juracy foi o movimento organizado pelos professores e alunos da faculdade de medicina em apoio ao movimento que ocorria em São Paulo. O saldo deste movimento foi a prisão de professores e estudantes, além da morte de um transeunte que

⁴ Sobre a ação política e intelectual das oposições a Vargas e a Juracy na Bahia, bem como a constituição e a formação do chamado Partido Autonomista, ver o livro *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. (2000), do professor Paulo Santos Silva. Neste trabalho o autor busca construir uma interpretação, a partir da qual, a ação política dos autonomistas se dava consubstancialmente ao seu exercício intelectual, principalmente a partir de uma produção historiográfica que buscava no passado uma situação de glória e prestígio política da Bahia frente ao cenário nacional.

não tinha nenhuma ligação com o movimento. A partir deste evento o interventor saiu com a fama de truculento e autoritário (MAGALHÃES, 1982, p.75). Esta foi reforçada a partir de uma série de matérias produzidas pelo Jornal *A Batalha* do Rio Janeiro com J. J. Seabra. Essas matérias foram reunidas pelo jornalista Nelson de Souza Carneiro, em 1933, sob o título *Humilhação e Devastação da Bahia: análise documentada da administração do Sr. Juraci Magalhães*, e trazia uma série de denúncias contra o interventor, entre as quais tinham destaque “as violências e perseguições políticas aos adversários e opositores” (SILVA, 2000, p.34).

O outro lado desta moeda era estabelecido a partir da sua relação com os chefes políticos locais, os chamados coronéis. Mas, neste caso, ele estabeleceu uma espécie de nova tipologia do coronel baiano. Criticado por conta destas alianças, ele primeiro estabeleceu uma diferença, chefe local sim, coronel não. Porque, em sua opinião, o coronel seria uma caracterização caricata dos chefes locais. Não considerava coronéis, figuras como Gileno Amado em Itabuna, Lauro Passos em Cruz das Almas, Manoel Novais no São Francisco, Arnold Silva e Elpídio Nova em Feira de Santana, entre outros (MAGALHÃES, 1982, p.81-82).

O coronel seria aquele se impôs em seu meio como um líder natural, capaz de ajudar na educação dos filhos dos amigos, conseguir pessoalmente a construção de uma escola ou de uma estrada, capaz de estabelecer e manter a ordem na sua localidade, em geral fazendo sacrifícios econômicos. E sua presença foi fundamental para o estabelecimento da vida política do país. Enfim, características que demonstravam o arbítrio, o personalismo e o patrimonialismo no processo de montagem de um poder local. Ele justificou sua aliança com os coronéis por conta da necessidade de estabelecer uma sólida base política e assegurar a continuidade da revolução, não compreendendo esta postura como uma contradição (MAGALHÃES, 1982, p.82-84).

Juracy afirmou que partiu dele e de outros interventores um conselho para que Vargas encaminhasse a formação de partidos políticos a partir dos interventores e prosseguir os ganhos da revolução através do regime democrático. Desse modo, ele lançou mão de suas relações pessoais com os chefes políticos locais em diversas localidades do interior do estado, isolou politicamente os antigos caciques políticos estabelecidos na capital e, contando com a articulação política de seu oficial de gabinete, Manoel Novais, lançou seu partido (PSD) em 1933, para concorrer às eleições a partir de 1934 (SILVA, 2000, p.34). Juracy procurou

destacar que seus quadros partidários eram formados por personalidades de destaque na política, nas ciências e na intelectualidade baiana (MAGALHÃES, 1982, p.79). Era preciso buscar a legitimidade e o reconhecimento que garantiriam o processo de estabelecimento de uma hegemonia política no estado.

Entre 1936 e 1937, iniciaram-se as articulações visando a sucessão presidencial que deveria ocorrer em 1938, nesse momento, Juracy, junto a outros nomes importantes da base de apoio a Vargas - Flores da Cunha, governador do Rio Grande do Sul, Benedito Valadares, governador de Minas Gerais, Armando de Sales, governador de São Paulo e Lima Cavalcanti, governador de Pernambuco – apresentou ao presidente uma lista com os possíveis candidatos que poderiam ser escolhidos para concorrer às próximas eleições sob a sua benção. A lista tríplice era composta pelos nomes de Armando de Sales Oliveira, que havia sido escolhido interventor de São Paulo, pelo próprio presidente. Medeiros Neto, senador baiano, presidente do senado e homem de confiança de Vargas. E José Américo, que havia sido ministro de seu governo, e também seu amigo (MAGALHÃES, 1982, p.100-101).

Aparentemente Vargas aceitara a sugestão, mas por outro lado, conspirava com setores do Exército e outros políticos da base, como o próprio Benedito Valadares e Medeiros Neto, que o apoiaram no momento do golpe (GUEIROS, 1996, p.180-186).

Em 1936, na ocasião da inauguração do Instituto do Cacau, em um discurso, Juracy descreveu as características necessárias para o sucessor de Vargas. Deveria ser “o melhor entre os mais capazes” (GUEIROS, 1996, p.175). Deveria possuir virtudes morais e cívicas para assegurar e dar continuidade às conquistas da obra do chefe da revolução de outubro de 1930, combater os inimigos da democracia, entre outras qualidades.

Em agosto de 1937 na inauguração da Rádio Sociedade da Bahia, Juracy proferiu o seguinte discurso:

Pode-se dizer, resumindo, que o quadro político brasileiro se apresenta da seguinte forma: a) candidaturas democráticas de José Américo e Armando Sales, ambos desejando a solução legal através do pleito de 3 de janeiro; b) o integralismo, preparando um golpe a pretexto de salvar a nação das garras do comunismo; c) o comunismo tentando o estabelecimento de uma frente popular que evite o ‘putsch’ integralista e lhe permita, no futuro, dominar a situação; d) uma corrente ditatorial civil de sentido impreciso, mas suscetível de entendimento com o integralismo; e) uma corrente ditatorialista militar, mínima, sem atender às condições de nossas

forças armadas, mas que existe em estado latente. Tãmanha é a confusão lançada na atmosfera social do país por essas correntes, de origens e propósitos turbulentos, que a efetivação do golpe não constituirá surpresa. Aos menos preocupados com os fatos da vida nacional é impossível fugir à evidência gritante desta verdade.
(MAGALHÃES, 1957, p. 64)

Diante das ações de Vargas, Juracy dava mostras de que era voto vencido e percebia que a efetivação do golpe era uma questão de tempo. Vargas demonstrava claramente que queria continuar em 1938 e sondava a todos os seus possíveis aliados para buscar uma solução. Em um discurso proferido em um banquete oferecido ao presidente em fins de 1937, Juracy se mostrou contrário à continuidade e buscava um candidato à altura de suceder um político como Vargas. Depois desse fato, “se fechou com o governador. Trancou-se. Marcou-o. Estava perdida aquela pedra no jogo da sua continuação.” (MAGALHÃES, 1957, p.67).

Uma segunda declaração do Estado de guerra foi o caminho aberto para o golpe, Juracy foi publicamente contrário a esta manobra e no dia 10 de novembro recebia do ministro da Justiça, Francisco Campos e do Ministro da Viação, Marques dos Reis, este último indicação sua, a comunicação do golpe (MAGALHÃES, 1957, p.68).

Seu último ato público foi um discurso proferido à noite, no estúdio da Rádio Sociedade da Bahia, no dia 11 transmitiu o cargo ao seu substituto, designado pelo ministro da justiça. Em 15 de novembro, de avião partiu para o Rio de Janeiro, onde voltava ao exército (MAGALHÃES, 1957, p.70).

O homem público elaborou suas memórias no sentido de deixar uma imagem sobre, de si, para si e para os outros. Ele quis deixar o seu registro sobre uma época e estabelecer certa visão sobre o passado, ao qual, ele se colocou muitas vezes na condição de protagonista. Ao registrar as suas memórias em três oportunidades, Juracy Magalhães teve a oportunidade de reforçar esta imagem e, se algo o desagradou, de alterar algum detalhe.

É nesta brecha, das tentativas de construção, desconstrução e reconstrução das memórias do personagem público que a história intervém. Ao ser inserido em uma sociedade e em um tempo específicos, ao ser confrontado nas suas relações sociais e em suas ações no jogo político, se descortinam as estratégias de exercício de poder que podem ser encobertas na narração deliberada e consciente de sua trajetória política.

Considerações finais

As memórias de Juracy Magalhães destacaram suas atuações na vida pública, na política. O início das narrativas dá conta de sua condição de militar, na Escola Militar de Realengo, seu contato com os militares que participaram dos movimentos de 1922, 1924 e 1927, consagrados na historiografia como tenentismo. Dão ênfase ao seu caráter de conspirador e revolucionário. Mas a vida política propriamente dita, com o exercício de cargos administrativos e executivos se deu a partir de 1931 com a sua posse na interventoria do estado da Bahia.

Foi neste momento que se iniciou o processo de construção de sua imagem pública, a partir, das estratégias de exercício de poder foram as condições propícias para que se estabelecesse uma percepção sobre o personagem e sua ação como homem público, político e administrador. O falar diretamente ao povo através do rádio o diferenciou do perfil mais distante, aristocrático e bacharelesco dos políticos pertencentes à oligarquia tradicional baiana. Ir aos recantos mais distantes do Estado, tratar pessoalmente com os prefeitos e com a população mais humilde e sua tão falada memória prodigiosa foram fundamentais para estabelecer uma base de apoio e de construção de sua hegemonia política.

Portanto, há um momento, a partir do qual, Juracy Magalhães pavimentou um caminho suficientemente sólido para se constituir como uma força política no estado, que o permitiu exercer uma série de outros cargos públicos, já citados acima, e ter sob sua influência um grupo político considerável. E este domínio foi fundamental para que ele tivesse o poder e as condições para estabelecer uma imagem sobre si e uma versão do passado que lhe fosse conveniente. A partir de sua posição como alguém que exerceu o poder por um longo período ele construiu suas memórias no sentido de legitimar este exercício.

Juracy Magalhães construiu sua trajetória sob o signo de uma vida pública, de uma atuação política e também da ideia de um protagonismo desempenhado na história do Brasil. Nos seus três livros de memórias, destacaram-se as referências e os eventos que construíram uma ligação necessária entre as ações do personagem e momentos que foram consagrados pela memória histórica e pela historiografia como fatos cruciais e fundamentais da vida nacional, ou seja, a narrativa dos livros deu a entender que pela ação deliberada e consciente de Juracy, a história mudou o seu rumo, foi dessa maneira que ele construiu suas memórias sobre a conspiração em 1930, contra Vargas em 1945 e contra Jango em 1964. Os escritos formam caracterizados pelos seus escritores e organizadores como o resultado da confissão,

da prestação de contas e do testemunho do passado, por alguém que viveu e influenciou com suas atitudes os fatos que geraram o Brasil contemporâneo. Sua atuação política foi destacada como o retrato de uma geração, de um tempo e de uma sociedade que foram estruturantes para a História do Brasil. Enfim, o relato de sua trajetória política foi construído de tal modo que gerasse um amálgama entre ela e a História contemporânea do Brasil.

A história pensada neste artigo buscou na memória, não apenas uma fonte de informação, um depositário de fatos e datas, antes as percebeu como um elemento fundamental de problematização. Foi a partir das memórias que o historiador buscou questionar o processo de construção da trajetória e da vida pública de Juracy. Foi estabelecendo uma leitura crítica da memória que se chegou às contradições do discurso do memorialista. A história diz que essa memória possui historicidade e, por isso mesmo, marcada pelo tempo e pela mudança. E se percebeu que as alterações produzidas sobre o passado eram fruto das contingências vividas pelo personagem nos diferentes momentos de sua vida.

Ao submeter as memórias da trajetória política de Juracy Magalhães ao crivo do discurso historiográfico pôde-se perceber as características indicadas acima, ou seja, interrogando as memórias em sua intencionalidade, questionando as condições de sua evocação, inserindo-as no tempo em que foram escritas, organizadas e publicadas no formato de livro, abriu-se a possibilidade de entender a memória como um elemento fundamental no exercício de poder. Organizar o passado de acordo com seus interesses, destacar fatos e personagens, diminuir a luz ou simplesmente ocultar outros e instaurar temporalidades que demarquem a importância de suas ações, todos estes atos são decisivos para aqueles que desejam estabelecer sua dominação. E principalmente, construir para si e para os outros uma posição de destaque em eventos considerados cruciais para a história do país, o permitiu que ele consolidasse a posição de líder político e que exercesse esta hegemonia que alimentou e foi alimentada por esta constante redefinição do passado.

Referências Bibliográficas

BOURDIEU, Pierre. *A Ilusão Biográfica*. In: AMADO, Janaína & FERREIRA, Marieta de Moraes. (orgs.). *Usos e abusos da História Oral*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

GUEIROS, José Alberto. *O Último Tenente*. Rio de Janeiro: Record, 1996.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. *Tenentismo e crises políticas na Primeira República*. In: FERREIRA, Jorge e DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do liberalismo excludente: da Proclamação da República à Revolução de 1930*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. (O Brasil Republicano; v1).

MAGALHÃES, Juraci M. *Minha Vida Pública na Bahia*. Rio de Janeiro: José Olympio Editora, 1957.

_____. *Minhas Memórias Provisórias: depoimento prestado ao CPDOC*. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1982.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *A Trajetória do Norte: uma tentativa de ascenso político*. In: GOMES, Ângela Maria de Castro (Org.). *Regionalismo e Centralização Política: partidos e constituinte nos anos 30*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

SILVA, Paulo Santos. *Âncoras de Tradição: luta política, intelectuais e construção do discurso histórico na Bahia (1930-1949)*. Salvador: EDUFBA, 2000.

TAVARES, Luís Henrique Dias. *História da Bahia*. São Paulo; Editora da UNESP, 2001.